

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Tendo como referência as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito da defesa do estado e das instituições democráticas, em especial a respeito das recentes alterações no regramento constitucional da segurança pública, assinale a opção correta.

- A Para o Supremo Tribunal Federal (STF), é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive no que se refere à imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- B Os municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações públicas em geral.
- C A partir da Emenda Constitucional n.º 82/2014, a atividade de segurança viária passa a integrar expressamente o texto da CF, com vistas à preservação da ordem social e da incolumidade patrimonial nas vias urbanas.
- D Nos termos da CF, tanto no âmbito da União quanto no dos demais entes federados, a segurança viária compete aos respectivos órgãos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

QUESTÃO 32

Considerando os dispositivos constitucionais a respeito dos órgãos do Poder Judiciário, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- A A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, devendo o número de defensores públicos na unidade jurisdicional ser proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.
- B Na AGU, instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, o ingresso na carreira se dá mediante concurso público de provas e títulos, devendo a OAB participar obrigatoriamente em todas as suas fases.
- C Tanto a Defensoria Pública da União como as dos estados e do DF devem ser organizadas por lei complementar, devendo o ingresso no cargo de defensor público dar-se mediante concurso público de provas e títulos.
- D Os vinte e sete ministros que compõem o Tribunal Superior do Trabalho (TST) devem ser brasileiros natos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, e sua escolha depende de nomeação pelo presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

QUESTÃO 33

De acordo com os dispositivos constitucionais sobre finanças públicas, ordem econômica e financeira, devem ser disciplinadas por lei complementar matérias como a

- A remessa de lucros ao exterior por empresas de capital estrangeiro.
- B repressão ao abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados.
- C concessão de garantias pelas entidades públicas.
- D emissão de moeda pelo Banco Central do Brasil.

QUESTÃO 34

A respeito das concepções e classificações das constituições, assinale a opção correta.

- A Conforme o critério ontológico, as constituições podem ser normativas (ou dogmáticas), nominalistas ou semânticas.
- B Na classificação tradicional, que considera o conteúdo, uma constituição pode ser material (ou estável) ou formal (ou analítica).
- C Segundo o critério político, a validade de uma constituição não se apoia na justiça de suas normas, mas na decisão política que lhe dá existência.
- D Na concepção sociológica, constituição consiste no somatório dos fatores reais de poder em uma sociedade, sendo consideradas sinônimas a constituição real e efetiva e a constituição jurídica.

QUESTÃO 35

A respeito das características do poder constituinte e de sua configuração em originário ou derivado, assinale a opção correta.

- A A criação de novos territórios federais é exemplo do exercício do poder constituinte derivado decorrente.
- B A outorga e a convenção são formas de expressão do poder constituinte originário.
- C A tese da existência de hierarquia entre normas constitucionais decorrentes do exercício do poder constituinte originário é aceita pelo STF.
- D O sistema constitucional brasileiro admite a teoria da dupla revisão.

QUESTÃO 36

Acerca dos princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale opção correta.

- A Conforme entendimento do STF, o direito fundamental à liberdade de pensamento e de livre expressão da atividade intelectual, independentemente de censura, deve ser interpretado à luz do mandamento constitucional que prevê a preservação da vida privada e da imagem da pessoa, de modo a ser exigível o consentimento do interessado no caso de publicação de biografia que possa causar sério agravo à intimidade.
- B As relações internacionais da República Federativa do Brasil são regidas pelos princípios da prevalência da ordem democrática e do respeito à separação dos poderes.
- C Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei de Biossegurança, o STF firmou entendimento acerca do descabimento de pesquisa com células-tronco embrionárias, como decorrência do direito à vida.
- D Não cabe *habeas corpus* para o trancamento de processo por crime de responsabilidade atribuído ao presidente da República, uma vez que as sanções para tal espécie de infração são de índole político-administrativa.

QUESTÃO 37

A respeito do regime constitucional aplicável aos servidores públicos e ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- A** É automática, segundo o STF, a perda do mandato de parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- B** Comissões parlamentares de inquérito, seja em nível federal, seja em nível estadual ou municipal, não podem, por si, determinar a quebra de sigilo bancário de investigado, já que tal informação está sujeita à cláusula constitucional de reserva de jurisdição, conforme o entendimento do STF.
- C** À servidora ocupante de cargo público é assegurada a proteção ao mercado de trabalho, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- D** Os servidores públicos serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei específica.

QUESTÃO 38

A respeito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assinale a opção correta.

- A** O Conselho da República é composto por seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, todos eleitos para mandato de três anos, permitindo-se uma única recondução.
- B** Não se prevê a iniciativa do Tribunal de Contas da União para propor projeto de lei ao Congresso Nacional.
- C** Os ministros de Estado devem ser escolhidos entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos de idade e no pleno exercício dos direitos políticos.
- D** O TST tem competência para processar e julgar, de forma originária, reclamação que garanta a autoridade de suas decisões e preserve a sua competência.

QUESTÃO 39

No que se refere ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** A cláusula de reserva de plenário exige que somente pela maioria absoluta de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público; a mesma cláusula aplica-se também às turmas recursais dos juizados especiais, por serem órgãos colegiados.
- B** Ao declarar a inconstitucionalidade ou a não recepção de lei, no âmbito de controle concentrado ou difuso, o STF poderá, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos dessa declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou, ainda, em outro momento que venha a ser fixado.
- C** Ao apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, o STF deverá citar, previamente, o advogado-geral da União, que necessariamente defenderá o ato ou texto impugnado.
- D** A Constituição da República de 1891 foi a primeira a prever a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade, de forma incidental, trazendo também importante inovação referente à denominada cláusula de reserva de plenário.

QUESTÃO 40

O princípio que determina que os serviços públicos sejam remunerados por valor acessível ao usuário é denominado princípio da

- A** modicidade.
- B** continuidade do serviço público.
- C** eficiência.
- D** economicidade.

QUESTÃO 41

Define-se concessão administrativa como

- A** parceria público-privada em que a remuneração do parceiro privado é realizada pelo Estado e por tarifa paga pelos usuários do serviço.
- B** concessão de serviço público essencial.
- C** parceria público-privada que tem a administração pública como usuária direta ou indireta, sem pagamento de tarifas pelos usuários particulares.
- D** concessão de serviço público a entidade da administração pública indireta.

QUESTÃO 42

O poder público municipal apossou-se de imóvel de particular para a construção de uma quadra poliesportiva de uso comunitário. O prefeito do município ordenou a derrubada de uma cerca e o imediato início das obras, sem qualquer notificação prévia ao proprietário.

Considerando-se o modo como os fatos ocorreram, é correto afirmar que houve, na situação descrita,

- A** apossamento administrativo, caso em que cabe a revisão imediata pelo Poder Judiciário.
- B** ocupação temporária, caso em que cabe ao particular proprietário indenização pelos eventuais danos comprovados.
- C** requisição administrativa, caso em que o particular proprietário pode discutir a intervenção estatal em juízo.
- D** desapropriação indireta, caso em que resta ao particular proprietário do imóvel pleitear perdas e danos.

QUESTÃO 43

Prestes a ser morto por dois indivíduos que tentavam subtrair a sua arma, um policial militar em serviço efetuou contra eles disparo de arma de fogo. Embora o policial tenha conseguido repelir a injusta agressão, o disparo atingiu um pedestre que passava pelo local levando-o à morte.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O Estado não responde civilmente, pois houve o rompimento do nexo causal por fato exclusivo de terceiro.
- B** O Estado responde objetivamente pelos danos causados à família do pedestre, ainda que o policial militar tenha agido em legítima defesa.
- C** A ocorrência de legítima defesa por parte do policial militar afasta a responsabilidade civil do Estado.
- D** O Estado responde subjetivamente pelos danos, já que deve haver prova de falha no treinamento do policial.

QUESTÃO 44

As esferas penal e administrativa são independentes para apurar a responsabilidade de servidor público. Contudo, o procedimento criminal vincula o procedimento administrativo quando conclui que

- A há insuficiência de provas quanto à existência do fato imputado ao servidor.
- B o servidor não foi o autor da conduta a ele imputada.
- C há insuficiência de provas quanto à autoria do fato.
- D o fato não constitui infração penal.

QUESTÃO 45

A extinção do contrato de concessão de serviço público, por razão de interesse público, durante o prazo de concessão e sem que o concessionário esteja inadimplente, com a consequente retomada do serviço pelo poder concedente, denomina-se

- A encampação.
- B reversão.
- C anulação.
- D caducidade.

QUESTÃO 46

As características das agências reguladoras incluem

- A relações de trabalho regulamentadas pela CLT.
- B personalidade jurídica de direito privado.
- C discricionariedade técnica no exercício do poder normativo.
- D livre exoneração de seus dirigentes.

QUESTÃO 47

Determinada empresa vencedora em processo licitatório, assinou contrato com a administração pública para a execução de obra pública. No decorrer do prazo contratual, o Estado aumentou sensivelmente a alíquota de imposto que impactava no custo para a contratada, tornando a execução do objeto contratual mais onerosa.

Assinale a opção correta, a respeito das consequências do aumento de imposto para o referido contrato.

- A Como o aumento da alíquota do imposto é considerado força maior, fica afastada a possibilidade de revisão do preço.
- B A contratada faz jus à revisão do preço contratual, em atenção à teoria do fato do príncipe.
- C Como o contrato tornou-se excessivamente oneroso em razão de uma sujeição imprevista, cabe a revisão do preço.
- D O contrato deve ser rescindido unilateralmente pela contratada, em atenção à teoria da imprevisão.

QUESTÃO 48

Ao cabo de procedimento administrativo disciplinar, a autoridade responsável por decidir aplicou a pena de demissão e remeteu a motivação da decisão ao parecer do departamento jurídico do órgão.

Nessa situação hipotética, a decisão é

- A válida, porém ineficaz, até que a falta de motivação seja suprida.
- B válida, visto que, tendo a motivação sido declarada no parecer, não há necessidade de repeti-la na decisão.
- C nula, por falta de motivação.
- D inexistente, por ausência de motivação, obrigatória para a aplicação de penalidade a servidor.

QUESTÃO 49

Com a finalidade de se eximir de pagar as verbas trabalhistas devidas, uma pessoa jurídica simulou a venda dos veículos registrados em seu nome.

Nessa situação hipotética, o negócio jurídico da venda é

- A nulo.
- B anulável no todo.
- C válido.
- D anulável em parte.

QUESTÃO 50

Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- A como regra, a lei revogada se restaura quando a lei revogadora perde sua vigência, instituto conhecido como repristinação.
- B quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- C as correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.
- D toda lei entra em vigor no país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sem exceção.

QUESTÃO 51

Em contrato de locação de loja em determinado *shopping center* consta cláusula que prevê o pagamento do décimo terceiro aluguel.

Com base na legislação pertinente a contratos de locação, é correto afirmar que a referida cláusula

- A contraria o princípio da livre concorrência.
- B é válida, por ser mera previsão contratual.
- C contraria a Lei de Locações (Lei n.º 8.245/1991).
- D é nula, por ser abusiva.

QUESTÃO 52

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica de sociedade empresária, assinale a opção correta.

- A O encerramento das atividades da sociedade ou a sua dissolução irregular são causas, por si só, de desconsideração da personalidade jurídica.
- B Não se exige o dolo das pessoas naturais que se utilizam da pessoa jurídica com o intuito de lesar credores ou terceiros.
- C O juiz pode determinar, de forma incidental, na execução singular ou coletiva, a desconsideração da personalidade jurídica de sociedade.
- D Para a desconsideração da personalidade jurídica, é necessária ação autônoma.

QUESTÃO 53

Maria, credora de Pedro no valor de R\$ 50 mil, aceitou no vencimento da dívida, para adimplir a obrigação, um veículo de igual valor oferecido por Pedro. A dívida foi, então, quitada.

Nessa situação hipotética, de acordo com disposições do Código Civil, o adimplemento se deu por

- A compensação.
- B pagamento em consignação.
- C dação em pagamento.
- D imputação do pagamento.

QUESTÃO 54

No que se refere a prescrição e decadência em desfavor de um indivíduo de dezessete anos de idade, assinale a opção correta.

- A** Correm normalmente tanto os prazos prescricionais como os decadenciais.
- B** Os prazos prescricionais somente se iniciam quando o indivíduo completar dezoito anos de idade.
- C** Adota-se tanto para os prazos prescricionais quanto para os decadenciais o prazo de dez anos.
- D** Não correm os prazos prescricionais nem decadenciais.

QUESTÃO 55

João doou um apartamento para Mário, em decorrência dos longos anos de amizade. Em momento posterior, Mário tentou matar João, utilizando-se de uma faca.

Nessa situação hipotética, o ato de doação

- A** não pode ser revogado, pois João continua vivo.
- B** pode ser revogado, mesmo que tenha sido feito como presente de casamento para Mário.
- C** pode ser revogado, em decorrência da ingratidão.
- D** é irrevogável.

QUESTÃO 56

Após o naufrágio de embarcação em alto mar, constatou-se a falta de um dos passageiros, que nunca foi encontrado.

Nessa situação, com relação ao desaparecido, será declarada a sua morte presumida

- A** mesmo sem o encerramento das buscas e averiguações.
- B** após a declaração de sua ausência.
- C** após um ano de seu desaparecimento.
- D** mesmo sem a decretação de ausência.

QUESTÃO 57

Eduardo outorgou a Marla — advogada devidamente registrada na OAB —, por instrumento particular, procuração geral para que ela o representasse em juízo.

Nessa situação hipotética, conforme disposições do Código de Processo Civil (CPC), Marla pode

- A** firmar compromisso.
- B** requerer a expedição de alvará para levantamento de valores.
- C** reconhecer a procedência de pedido.
- D** desistir da ação.

QUESTÃO 58

Conforme o disposto no CPC, se, antes mesmo de ajuizar a ação, o autor verificar a presença dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, ele

- A** poderá requerer a desconsideração em qualquer fase do processo, desde que ainda na primeira instância.
- B** deverá aguardar o encerramento da fase cognitiva para requerer a instauração da desconsideração da personalidade jurídica.
- C** poderá requerer a desconsideração na petição inicial, ocasião em que será dispensado o incidente.
- D** deverá requerer a instauração do incidente na fase cognitiva, dada a vedação da instauração na fase de cumprimento de sentença.

QUESTÃO 59

Eduarda e Carolina, demandadas por Mário em ação que tramita em autos eletrônicos, constituíram procuradores de escritórios distintos.

Nessa situação hipotética, as litisconsortes terão prazo

- A** em dobro somente para contestar.
- B** em dobro para todos os atos.
- C** em quádruplo para todos os atos.
- D** simples para contestar.

QUESTÃO 60

Antes de determinar a citação de Eduardo, o juiz constatou que todos os pedidos da ação, ajuizada por Carlos, estavam prescritos.

Conforme disposto no CPC, nessa situação hipotética o juiz deverá

- A** aguardar toda a fase probatória para, então, prolatar sentença.
- B** determinar a citação de Eduardo para que ele se manifeste quanto à prescrição.
- C** se manifestar quanto à prescrição somente se ela for alegada por Eduardo.
- D** julgar improcedentes liminarmente os pedidos.

QUESTÃO 61

Designada a audiência de instrução e julgamento relativa a ação ajuizada pelo Ministério Público contra determinada empresa por supostas irregularidades, o Ministério Público arrolou testemunhas.

Nessa situação, conforme disposições do CPC, a intimação das testemunhas deverá ser realizada por

- A** via judicial.
- B** edital.
- C** carta com aviso de recebimento.
- D** carta simples.

QUESTÃO 62

O executado interpôs embargos à execução, tempestivamente, alegando a impossibilidade de pagar a dívida porque irá viajar para Nova Iorque.

Nessa situação hipotética, conforme determina o CPC, os embargos à execução deverão ser

- A** conhecidos, julgando-se imediatamente o mérito, mesmo sem a intimação da parte exequente para que se manifeste.
- B** rejeitados liminarmente, por serem manifestamente protelatórios.
- C** rejeitados liminarmente, não se podendo aplicar multa por conduta atentatória à dignidade da justiça.
- D** conhecidos, aplicando-se o efeito suspensivo mesmo sem a garantia do juízo.

QUESTÃO 63

Ao interpor recurso de revista no protocolo do tribunal, João deixou de juntar o comprovante de pagamento referente às custas processuais. O processo era eletrônico.

De acordo com o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nessa situação hipotética,

- A** configura-se hipótese de dispensa do pagamento das custas, razão por que não haverá prejuízo a João.
- B** deve-se determinar o recolhimento em dobro e conceder prazo para a comprovação do pagamento das custas.
- C** deve-se determinar a imediata comprovação do pagamento das custas, sem ônus para João.
- D** configura-se deserção, razão por que se deve denegar seguimento ao apelo.

QUESTÃO 64

Ao analisar o agravo de instrumento interposto por Maria, uma das turmas do TST negou provimento e manteve o despacho pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso. O recorrente, então, interpôs agravo interno contra a decisão.

De acordo com disposições do CPC e a jurisprudência dos tribunais superiores, nessa situação hipotética

- A** o recurso deve ser conhecido, em decorrência do princípio da fungibilidade.
- B** é incabível agravo interno, por se tratar de decisão proferida por órgão colegiado.
- C** o relator deve levar o recurso a julgamento, após a intimação do agravado.
- D** é obrigatória a manifestação do Ministério Público.

QUESTÃO 65

Reclamatória foi ajuizada para pleitear o pagamento de adicional de horas extras. Na análise dos documentos instrutórios, notou-se que, no período em que se baseou o pedido, existia convenção coletiva da categoria fixando o referido adicional em 52% sobre a hora normal, contrato de trabalho entre as partes indicando adicional de 60% sobre a hora normal e regulamento da empresa determinando adicional de 65% sobre a hora normal.

Considerando-se que a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que o referido adicional deve ser pago no patamar mínimo de 50% sobre a hora normal, à luz da hierarquia das fontes de direitos na seara trabalhista, caso o pedido seja deferido, deve ser aplicado o adicional previsto

- A** no contrato de trabalho.
- B** na CF.
- C** na convenção coletiva da categoria.
- D** no regulamento da empresa.

QUESTÃO 66

Em determinada empresa, um empregado utilizou seu *e-mail* corporativo para encaminhar aos colegas de trabalho conteúdos pessoais e fotos íntimas de pessoas que não tinham relação com o quadro de empregados da empresa. Ao tomar conhecimento do fato, a diretoria demitiu o empregado por justa causa.

Nessa situação hipotética, a aplicação da justa causa está

- A** correta, pois o empregador pode exercer o controle do *e-mail* corporativo de seus empregados e a atitude se enquadra como fato ensejador de justa causa.
- B** errada, pois a fiscalização do *e-mail* corporativo do empregado, por ser uma espécie de carta eletrônica, fere o direito à privacidade, constitucionalmente garantido.
- C** correta, porém o empregado terá direito a indenização por danos morais face o abuso do poder de fiscalização do empregador.
- D** errada, pois a fiscalização do *e-mail* corporativo do empregado fere sua intimidade e a atitude por ele tomada não guarda qualquer implicação com a relação de trabalho.

QUESTÃO 67

A empresa A adquiriu a empresa B, que pertencia ao mesmo grupo econômico da empresa C, a qual não foi adquirida pela empresa A. Meses depois, a empresa A foi surpreendida com reclamação trabalhista de um empregado da empresa C, o qual requereu a condenação solidária das empresas A e B sob o fundamento de que, na época da compra da empresa B pela empresa A, a empresa C era reconhecidamente inidônea.

Nessa situação, o pedido de condenação está

- A** correto, porque o simples fato de as empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico é suficiente para a condenação solidária em qualquer caso de sucessão trabalhista.
- B** errado, porque a empresa C não foi adquirida pela empresa A, de modo que esta não responde pelos débitos trabalhistas daquela.
- C** correto, porque as empresas A e B são responsáveis solidariamente pelas condenações da empresa C face a sucessão trabalhista operada.
- D** errado, porque a única hipótese de condenação solidária na sucessão trabalhista seria diante da comprovação de fraude na sucessão.

QUESTÃO 68

Empregado vendedor, sujeito a controle de horário e remunerado apenas com comissões sobre as vendas realizadas, ajuizou reclamatória requerendo o pagamento de adicional de horas extras em razão do aumento da sua jornada nos últimos dois anos de trabalho.

Nessa situação,

- A** o empregado terá direito ao recebimento do adicional de horas extras, cujo valor deverá ser calculado sobre o valor-hora mensal utilizando-se o divisor duzentas e vinte horas trabalhadas.
- B** o empregado não terá direito ao recebimento do adicional de horas extras por ser comissionista puro, modalidade incompatível com o recebimento do benefício pleiteado.
- C** o empregado terá direito ao recebimento do adicional de horas extras, cujo valor será calculado sobre o valor-hora das comissões do mês, utilizando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.
- D** a remuneração por comissões torna benéfico o trabalho em horas extras, constituindo *bis in idem* o recebimento do adicional de horas extras nessa modalidade de remuneração.

QUESTÃO 69

No que se refere ao instituto da equiparação salarial, julgue os itens que se seguem.

- I As autarquias podem ter quadro de pessoal organizado em carreira, independentemente de homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- II Em razão da especificidade da individualidade, o trabalho intelectual não pode ser utilizado como parâmetro para fins de equiparação salarial.
- III Para fins de equiparação salarial, é necessário que o empregado e o paradigma exerçam a mesma função, independentemente de sua denominação, desempenhando as mesmas tarefas.
- IV Em relação ao instituto da equiparação salarial, aplica-se a regra da prescrição parcial.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e IV.
- D** II, III e IV.

QUESTÃO 70

No que se refere a férias, assinale a opção correta.

- A** O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
- B** O período de férias não é computado como tempo de serviço.
- C** O empregado que receber auxílio-doença por mais de sete meses durante o período aquisitivo, ainda que de forma descontínua, perderá o direito às férias.
- D** O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

QUESTÃO 71

Adolescente de dezessete anos de idade participou de entrevista de emprego para exercer a atividade de auxiliar no armazenamento de botijões de gás, os quais seriam expostos para a venda em um posto de gasolina.

Nessa situação, o adolescente

- A** poderá ser contratado para trabalhar em horário compatível com o período escolar e anterior às vinte e duas horas.
- B** não poderá ser contratado, por expressa proibição legal.
- C** após contratado, seus pais ou responsável legal, deverão assinar seus recibos de pagamento de salários.
- D** deverá ser contratado na categoria de menor aprendiz.

QUESTÃO 72

A respeito do direito de greve e dos serviços essenciais, julgue os itens seguintes.

- I Poderá ser considerada abusiva a greve realizada em setores que a lei define como essenciais se, durante o movimento, não for assegurado o atendimento básico inadiável.
- II Conforme o TST, será considerado abusivo o movimento paretista se inexistir tentativa prévia de solução direta e pacífica do conflito.
- III São considerados essenciais os serviços e as atividades de telecomunicações, de transporte coletivo e de distribuição e comercialização de medicamentos.
- IV Em setores de qualquer natureza, é obrigatória a comunicação prévia do movimento de greve aos empregadores e usuários com a antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e IV.
- D** II, III e IV.

QUESTÃO 73

A respeito da capacidade postulatória e da representação das partes na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Nos dissídios individuais, os empregados e os empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado ou preposto, mediante outorga de procuração.
- B** A ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança estão abrangidos pelo *jus postulandi*.
- C** Nos dissídios individuais, os empregados e os empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, de advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na OAB.
- D** O *jus postulandi* das partes poderá ser exercido nas varas do trabalho, nos tribunais regionais do trabalho (TRTs) e no TST.

QUESTÃO 74

A ação rescisória busca a desconstituição da coisa julgada e, para tanto, tramita em rito especial, que tem previsão na legislação processual civil por expressa determinação da Consolidação das Leis do Trabalho. Considerando o entendimento do TST sobre a ação rescisória, assinale a opção correta.

- A Considera-se prova nova a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.
- B A sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda é considerada prova apta a viabilizar a desconstituição de julgado.
- C A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal em virtude de negligência da parte, é considerada prova nova.
- D Admite-se o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda quando a referida ação for fundamentada em violação de lei.

QUESTÃO 75

A CF estabelece a competência para o processamento e o julgamento de ações na justiça do trabalho, incluindo, entre outras ações, as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Considerando-se esse assunto, é correto afirmar que a justiça do trabalho tem competência para julgar as demandas que envolvam

- A contratos de honorários firmados entre trabalhador autônomo e usuário do serviço.
- B servidores vinculados à administração pública por relação de caráter jurídico-administrativo, incluídos os contratos temporários de excepcional interesse público.
- C relações de consumo quando configurarem uma relação de prestação de serviço.
- D contratos que têm como objeto os direitos oriundos da contratação de escreventes de cartórios de notas.

QUESTÃO 76

Antônio ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de adicional de insalubridade e seus reflexos legais. Apesar de devidamente notificada, a reclamada não compareceu à audiência inicial, mas foi representada por seu advogado, que apresentou contestação fundamentada em razões de fato e de direito para afastar os pedidos autorais.

Nessa situação hipotética,

- A a revelia poderá ser ilidida se for apresentado atestado médico pelo preposto que comprove que a ausência da reclamada deveu-se ao comparecimento em consulta em horário coincidente com o da audiência.
- B a revelia, embora acarrete a confissão ficta quanto à matéria de fato arguida, não impede que a reclamada suscite prescrição em recurso ordinário.
- C caso seja declarada a revelia, haverá a condenação da reclamada quanto ao adicional de insalubridade nos exatos termos da reclamação trabalhista, já que a confissão ficta abarca todas as matérias de fato.
- D a presença do advogado munido de defesa afasta os efeitos da revelia, admitindo-se a juntada da contestação e seus documentos como prova pré-constituída.

QUESTÃO 77

Ana, viúva de Afonso, ajuizou, juntamente com seus filhos menores, reclamação trabalhista em favor do marido falecido. Ela pleiteia o reconhecimento do vínculo de emprego de Afonso com determinada empresa, bem como sua condenação, em danos morais e materiais, devido à morte do representado, a qual decorreu de acidente de trabalho.

Nessa situação hipotética,

- A a ausência do Ministério Público na condição de *custus legis* é causa de nulidade do processo porque, ainda que assistidos por representante legal, menores estão figurando no polo ativo.
- B os representantes têm legitimidade ativa *ad causam*, na medida em que a administração da herança caberá ao cônjuge até que haja o compromisso do inventariante no espólio.
- C em razão da controvérsia quanto à relação de emprego, faz-se necessária a apresentação, pelos representantes do *de cujus*, de prova da qualidade de dependentes junto à previdência social.
- D a apresentação de cópias da certidão de nascimento dos filhos e da certidão de casamento não é suficiente para garantir a legitimidade dos sucessores para a propositura da ação.

QUESTÃO 78

No que se refere aos prazos na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A Na seara trabalhista, por aplicação subsidiária do CPC, é possível a contagem de prazos processuais em dias úteis.
- B No recesso forense e nas férias coletivas dos ministros do TST, os prazos recursais são interrompidos.
- C O prazo para interpor todos os recursos trabalhistas é de oito dias, exceto quanto aos embargos de declaração, agravo interno e agravo regimental, para os quais o prazo é de cinco dias.
- D Os embargos de declaração interrompem o prazo recursal mesmo se opostos antes da publicação da sentença, não sendo considerados intempestivos por extemporaneidade.

QUESTÃO 79

Na justiça do trabalho, a condenação em honorários não decorre simplesmente da sucumbência, sendo imprescindível que a parte, concomitantemente, esteja assistida pelo sindicato da categoria e comprove sua hipossuficiência econômica. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A Em caso de substituição processual sindical, excetuados os processos em que a fazenda pública for parte, são devidos os honorários advocatícios.
- B Nas lides que não derivem da relação de emprego, são devidos os honorários advocatícios, desde que cumpridos os requisitos apresentados.
- C Nas ações em que, por substituição processual sindical, são pleiteados direitos individuais homogêneos, os honorários advocatícios são devidos somente se comprovada a hipossuficiência econômica dos substituídos.
- D Na hipótese de substituição processual sindical, os honorários advocatícios são devidos somente se comprovada a hipossuficiência econômica do sindicato.

QUESTÃO 80

Com relação ao processo de execução na seara trabalhista, assinale a opção correta.

- A** Se o exequente puder promover a execução por diversos meios, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado, porém, se entender que uma medida executiva é excessivamente gravosa, o executado deverá indicar outros bens ao juízo, que os avaliará por perícia antes de aceitá-los.
- B** É absolutamente impenhorável o bem de família voluntário, independentemente do valor, sendo protegido o prédio residencial urbano ou rural com seus pertences e acessórios, desde que destinado ao domicílio familiar e gravado como tal na respectiva escritura pública.
- C** Não cabe mandado de segurança contra o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo.
- D** Na penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz dará ciência prévia do ato ao executado para assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório.

QUESTÃO 81

Acerca de efeito suspensivo e efeito devolutivo, assinale a opção correta.

- A** Não é possível conceder efeito suspensivo ao recurso interposto contra sentença normativa proferida em dissídio coletivo.
- B** Quanto ao efeito devolutivo em profundidade, o tribunal poderá apreciar todos os fundamentos da reclamação trabalhista ou da defesa, inclusive aqueles não examinados em sentença e não renovados em contrarrazões.
- C** O tribunal poderá, ao julgar recurso ordinário, decidir desde logo o mérito da causa se o processo estiver em condições, salvo se constatar omissão da sentença quanto a um pedido formulado.
- D** O efeito devolutivo em extensão transfere ao tribunal a possibilidade de apreciação integral dos fundamentos, sejam eles da reclamação trabalhista ou da defesa.

QUESTÃO 82

No processo do trabalho em rito ordinário, a audiência una poderá, excepcionalmente, ser adiada por motivo relevante, sendo designada audiência em prosseguimento. A partir dessas informações, assinale a opção correta.

- A** É necessária a comprovação de que houve convite para que o juiz determine a intimação de testemunha ausente.
- B** Se for pactuado que, independentemente de intimação, a testemunha comparecerá à audiência em prosseguimento, sua ausência implicará preclusão e desistência tácita da oitiva.
- C** O prazo de recurso da parte que tiver sido intimada e que não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença é contado da data de realização da audiência.
- D** O juiz poderá determinar a condução coercitiva das testemunhas que a parte se comprometeu a levar a juízo, independentemente de terem sido intimadas.

QUESTÃO 83

Paula foi empregada de uma empresa por dez anos, onde exerceu atividade sujeita a condições especiais. Nesse período, ela contribuiu regularmente para o regime geral de previdência social (RGPS). Aprovada em concurso público, na qualidade de servidora pública estatutária, Paula pretende computar, no regime próprio de previdência social (RPPS), o tempo que contribuiu para o regime geral.

Nessa situação hipotética, Paula

- A** poderá computar em dobro os dez anos de contribuição tanto no RGPS quanto no RPPS.
- B** não poderá computar o tempo de contribuição para o RGPS no RPPS, por expressa vedação legal.
- C** somente terá direito à contagem recíproca do tempo de contribuição se ela mesma compensar financeiramente o RPPS.
- D** terá direito somente ao cômputo dos dez anos.

QUESTÃO 84

Leandra, que trabalha como manicure autônoma há cinco anos, prestando seus serviços diretamente aos seus clientes, que são pessoas físicas, nunca realizou qualquer contribuição previdenciária.

Nessa situação hipotética, Leandra

- A** é considerada automaticamente inscrita no RGPS, pelo simples fato de desempenhar a referida atividade profissional.
- B** poderá optar por filiar-se ou não ao sistema previdenciário.
- C** estará obrigada ao pagamento da contribuição previdenciária somente a partir de sua inscrição no RGPS.
- D** é segurada obrigatória do RGPS.

QUESTÃO 85

João, segurado obrigatório no RGPS, é casado com Fabiana, pelo regime da separação total de bens, com quem tem dois filhos, Marcos, de dezesseis anos de idade, e Felipe, de vinte e cinco anos de idade, portador de deficiência mental grave desde criança.

Nessa situação hipotética, à luz da Lei n.º 8.213/1991, considera(m)-se dependente(s) previdenciário(s) de João

- A** Marcos e Felipe, somente.
- B** Felipe, somente.
- C** Fabiana, somente.
- D** Fabiana, Marcos e Felipe.

QUESTÃO 86

Amanda foi agredida fisicamente, na loja onde trabalha e em horário de expediente, por cliente da empregadora. Roberto caiu de escada enquanto prestava espontaneamente serviço à empresa, para lhe evitar prejuízo. Tanto Amanda quanto Roberto sofreram lesões que os levaram ao afastamento do trabalho por trinta dias.

Considerando-se o disposto na Lei n.º 8.213/1991, nessa situação hipotética

- A** nem Amanda nem Roberto sofreram acidente de trabalho por equiparação.
- B** somente Amanda sofreu acidente de trabalho por equiparação.
- C** Amanda e Roberto sofreram acidente de trabalho por equiparação.
- D** somente Roberto sofreu acidente de trabalho por equiparação.

QUESTÃO 87

A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário-de-benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário-de-benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei n.º 8.213/1991.

- A** aposentadoria por idade / 100%
- B** aposentadoria por invalidez / 100%
- C** auxílio-doença / 50%
- D** auxílio-acidente / 91%

QUESTÃO 88

Considere que Laura seja segurada especial do RGPS e não contribua na forma de segurado facultativo, que André seja segurado contribuinte individual e que Fátima seja segurada empregada. Nessa situação, preenchidos os requisitos para a concessão dos benefícios,

- A** Laura, Fátima e André farão jus ao salário-família.
- B** Laura e Fátima farão jus à aposentadoria especial.
- C** Laura, Fátima e André farão jus a auxílio-acidente.
- D** Laura e André farão jus à aposentadoria por invalidez.

QUESTÃO 89

A CF prevê, entre os objetivos que organizam a seguridade social,

- A** a equidade na forma de participação no custeio e a uniformidade da base de financiamento.
- B** a seletividade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C** a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio.
- D** a seletividade e a equidade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

QUESTÃO 90

Mônica é empregada doméstica na casa de Jorge, segurado empregado de uma empresa.

Nessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito das contribuições previdenciárias de Mônica e de Jorge.

- A** A contribuição previdenciária de Mônica é calculada mediante a aplicação da alíquota de 8% sobre o valor registrado na carteira de trabalho, independentemente do valor da remuneração.
- B** Tanto as contribuições previdenciárias de Mônica quanto as de Jorge devem ser recolhidas até o dia vinte do mês subsequente ao da prestação do serviço.
- C** A contribuição previdenciária de Jorge deve ser recolhida por seu empregador, enquanto a de Mônica deve ser feita por ela mesma, pessoalmente.
- D** Como empregador doméstico, Jorge deve realizar o recolhimento da contribuição patronal de 8% sobre o valor registrado na carteira de trabalho de Mônica, para a seguridade social, bem como 0,8% de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho.

Espaço livre